

AÇÕES PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE NA FUNDAÇÃO CARLOS GOMES, BELÉM, PARÁ. *PUBLIC ACTIONS FOR SUSTAINABILITY IN FOUNDATION CARLOS GOMES, BELÉM, PARÁ*

*Taynah Rosa Bastos**

*Rodolpho Zahluth Bastos***

RESUMO

A busca pela melhoria da qualidade ambiental é dever imprescindível das organizações públicas e privadas que, como sujeitos primordiais do desenvolvimento sustentável, devem incorporar práticas que favoreçam a responsabilidade socioambiental e a qualidade do ambiente de trabalho. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo avaliar o projeto de gestão administrativa sustentável implementado na Fundação Carlos Gomes, tomando como base os preceitos do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Trata-se de uma iniciativa que, por meio de ações de educação ambiental e de gestão administrativa, busca propiciar a conscientização dos servidores no sentido de gerar mudanças no consumo de materiais utilizados nas atividades rotineiras da administração, tendo como objetivo diminuir a geração de resíduos e integrar ações ambientais com o interesse público. Para análise de resultados das ações desenvolvidas, foram selecionados quatro materiais de alto consumo: copo descartável, saco plástico para lixo, papel A4 e papel toalha. Os resultados da pesquisa demonstram que a educação ambiental é um importante e eficiente instrumento para promoção da sustentabilidade na Administração Pública, uma vez que a implantação do projeto proporcionou a diminuição do consumo de três dos quatro materiais selecionados, além de terem sido constatadas mudanças positivas na cultura organizacional da Fundação Carlos Gomes.

Palavras-chave: A3P. Educação ambiental. Gestão pública sustentável. Fundação Carlos Gomes.

ABSTRACT

The quest for improved environmental quality is essential duty of public and private organizations, as primary subject of sustainable development, should incorporate practices that encourage environmental responsibility and the quality of the work environment. In this sense, this article aims to evaluate the sustainable administrative management project implemented by the Foundation Car-

Manuscript first received /Recebido em: 09/11/2015 Manuscript accepted/Aprovado em: 15/06/2016

* Licenciada em Química pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista do Programa de Formação Interdisciplinar de Meio Ambiente (PROFIMA/NUMA/UFPA). E-mail: taynahrosa@hotmail.com

** Doutor em Geopolítica pela Universidade de Paris 8. Professor do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA). E-mail: rzb@ufpa.br

los Gomes, based on the precepts of the Environmental Agenda Program in Public Administration (A3P). It is an initiative that, through environmental education and administration, seeks to promote awareness of the servers in order to affect change in the consumption of materials used in routine activities of management, aiming to reduce waste generation and integrate environmental actions with the public interest. For analysis of results of the actions developed, we selected four high consumables: paper cup, plastic trash bag, A4 paper and paper towels. The survey results demonstrate that environmental education is an important and effective tool for promoting sustainability in Public Administration, since the project implementation provided the decrease in consumption of three of the four selected materials, and have positive changes were noted in organizational culture of Carlos Gomes Foundation.

Keywords: *A3P. Environmental education. Sustainable public administration. Foundation Carlos Gomes.*

1 INTRODUÇÃO

A racionalização do uso e exploração dos recursos naturais é pressuposto do conceito de desenvolvimento sustentável e orienta grande parte das soluções para os problemas que envolvem a relação homem, meio ambiente e desenvolvimento. Nessa vertente, os setores público e privado têm sido incitados a desenvolver ações de responsabilidade socioambiental, o que inclui a adoção de estratégias de consumo sustentável no exercício de suas atividades. Para isso, instrumentos e políticas que propiciem mudanças necessárias e almejadas pela sociedade ganham cada vez mais espaço na agenda dessas organizações, a exemplo do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), hoje um dos principais programas da administração pública da gestão socioambiental.

Por ser servidora pública da Fundação Carlos Gomes (FCG) e, a partir de problemáticas observadas pelo exercício de minha função na área administrativa, como o grande desperdício de materiais de consumo e maus hábitos no ambiente de trabalho, empreendi a realização de um projeto que visa a implantação de medidas para a sustentabilidade na gestão pública do órgão, desenvolvido com base nos objetivos e em três eixos temáticos do Programa A3P: sensibilização e capacitação dos servidores, qualidade de vida no ambiente de trabalho e uso racional dos recursos naturais e bens públicos.

A FCG é a entidade mantenedora do Instituto Estadual Carlos Gomes (IECG), também conhecido como Conservatório Carlos Gomes, o terceiro mais antigo estabelecimento de ensino musical do Brasil, com sede na Avenida Gentil Bittencourt, 977, em Belém, Pará. O projeto a ser analisado é extensivo ao estabelecimento de ensino. Para tanto, este artigo objetiva apresentar as ações de responsabilidade socioambiental implantadas no seio da FCG, tendo como matriz a educação ambiental dos servidores em favor do consumo sustentável de materiais utilizados nas atividades administrativas rotineiras, e avaliar os resultados destas medidas.

As práticas de sustentabilidade na gestão administrativa, desenvolvidas pelo projeto, tem fundamento jurídico no art. 3º, inciso V da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), ao estabelecer como parte do processo educativo que cabe “às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente”. O projeto busca então, através da materialização do instrumento de educação ambiental, a aplicação do princípio de responsabilidade socioambiental da administração pública.

O projeto pretende promover mudanças na cultura organizacional mediante conscientização dos funcionários da FCG, visando proporcionar mudança de hábitos de consumo, contenção do consumo de materiais rotineiros de trabalho, diminuição da produção de resíduos, além de contribuir para melhorias no ambiente de trabalho e redução de gastos, com o objetivo de amenizar os impactos ambientais decorrentes das atividades administrativas do órgão público.

A metodologia adotada para a coleta de dados se deu por meio de levantamento e acompanhamento de dados do Sistema Integrado de Materiais e Serviços (SIMAS), sistema gerencial online desenvolvido pelo Governo do Estado do Pará, que permite uma visão geral dos volumes, características, custos, aquisição e consumo de recursos materiais utilizados por órgãos públicos estaduais, subsidiando os gestores públicos com informações capazes de auxiliar nas tomadas de decisão. Neste trabalho, buscou-se primeiramente obter dados quantitativos sobre o consumo de materiais pela FCG para, em seguida, avaliar, qualitativamente, os impactos das ações adotadas pela gestão do órgão em prol do consumo sustentável de materiais. Para análise de resultados das ações desenvolvidas, foram selecionados quatro materiais de alto consumo: copo descartável, saco plástico para lixo, papel A4 e papel toalha.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A educação ambiental tem como intuito fomentar mudanças comportamentais, o que no ambiente de trabalho de um órgão público, pode significar orientar os servidores quanto às práticas cotidianas que acarretam em prejuízos ao meio ambiente. Nesse sentido, a educação ambiental pode ser vista como alicerce para a construção do conhecimento em prol de melhorias no ambiente de trabalho, nesta perspectiva sendo caracterizada como não formal, por se tratar de ações para sensibilização de um público alvo. Nesse sentido, o artigo 1º da Política Nacional de Educação Ambiental explica:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Esta busca por mudanças através de processos de aprendizagem no âmbito da Administração Pública está associada à A3P, pois esta se apresenta como referencial de orientação para adoção de novos padrões, posturas e práticas cuja finalidade é internalizar ações de responsabilidade ambiental na estrutura organizacional das instituições públicas (MMA, 2009, p. 31). Para tanto, a implementação de ações com base na A3P abrange desde pequenas mudanças, como a adoção de novos hábitos rotineiros de trabalho, até uma reformulação completa da gestão organizacional (MMA, 2009, p. 30). Contudo, o elemento primordial para esta laboração está na estruturação de novos referenciais que fomentem nos indivíduos a iniciativa para adoção de uma conduta consciente perante o meio ambiente (MMA, 2009, p. 30).

Posto isto, compreende-se ser importante conceber a ideia de que as atividades do homem em seu ambiente de trabalho estão associadas à dinâmica do meio onde exercem suas atividades laborais. Nesta perspectiva, Carvalho (2008) argumenta que a educação ambiental tem a incumbência de conduzir a uma diferente e sustentável relação humana com o meio ambiente, e que a partir do fomento de ações educacionais seria possível a formulação de um entendimento consciente diante deste espaço relacional. Portanto, a conduta adotada pelo indivíduo em seu ambiente de trabalho é determinante na

melhoria ou não da qualidade ambiental. Nesse sentido, entende-se que a educação ambiental deve favorecer o desenvolvimento da responsabilidade socioambiental, com isso gerar novas concepções e hábitos que subsidiem mudanças de atitude compromissadas com as consequências ao meio ambiente. Neste contexto relacional de responsabilidade, sociedade e ambiente, Carvalho explica que:

A visão socioambiental orienta-se por uma racionalidade complexa e interdisciplinar e pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinamicamente e mutuamente (CARVALHO, 2008, p. 37).

Entende-se que a educação ambiental é um instrumento propulsor da sustentabilidade capaz de gerar mudanças no âmbito da gestão pública, uma vez que propaga valores como racionalidade e respeito ao meio ambiente que se traduzem em ações e práticas menos agressivas ambientalmente e no compromisso moral com a conduta ética. Leff (1999, p.123) ressalta que “a partir da perspectiva ética, as mudanças nos valores e nos comportamentos dos indivíduos aparecem como o princípio fundamental para alcançar a sustentabilidade”.

A partir deste panorama, a Lei 9.795/99, que instituiu a Política de Educação Ambiental, pode servir como referência à perspectiva de construir o conhecimento integralizador capaz de fomentar a gestão administrativa sustentável, pois é necessário o entendimento de que o ambiente das relações sociais, culturais e econômicas transcende ao meio que fornece os recursos naturais. Com isso, tem-se a importância de arraigar a ética nas práticas dos indivíduos nesta conjuntura de inter-relações. A ideia encontra-se explicitada no art. 4º da Lei 9.795/99 que estabelece os princípios básicos da educação ambiental, nos seguintes incisos:

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

Com isso, operar a educação ambiental no ambiente de trabalho, possibilita efetivar as orientações conforme a A3P, pois esta busca não somente promover mudanças na cultura organizacional, como também propor modificações do entendimento humano, atribuindo significação para o espaço onde o homem desenvolve suas atividades laborais e conferindo a noção de sujeito integralizado ao meio ambiente. Neste contexto, Carvalho (2008, p.77) enuncia que “a educação acontece como parte da ação humana de transformar a natureza em cultura, atribuindo-lhe sentidos, trazendo-a para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo e participar da vida”.

Deste modo, promover atividades vinculadas à extensão educacional é favorecer um campo de interação entre os indivíduos, sendo esta relação o alicerce para desencadear a concepção da necessidade de mudar e, assim, adotar um novo posicionamento diante da realidade que se vive. Nesta linha de pensamento, que associa educação ambiental para transformação social e sustentabilidade, Jacobi afirma:

a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, onde a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável (JACOBI, 2004, p. 30).

Isto pode ser proporcionado por meio da estruturação do saber articulado à formação de cidadãos. A conscientização é o primeiro passo para a consumação da cidadania, pois subentende um processo que implica em sujeitos conhecedores de seus direitos, deveres e responsabilidades. Embora muitas vezes o sujeito, mesmo tendo consciência cidadã, não aja como tal, o imprescindível é formar indivíduos críticos, atores ativos que, nesta esfera de transmutação, serão capazes de atuar de maneira que se favoreça o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Silva e Pessoa ratificam:

É preciso proporcionar um conhecimento capaz de educar e formar cidadãos conscientes de suas responsabilidades individuais em relação à preservação e conservação do ambiente global. A situação vigente requer a promoção da Gestão Ambiental aliada a um trabalho de Educação Ambiental (SILVA; PESSOA, 2009, p.1).

A educação é potencial indutor de conhecimento sobre a relação homem/meio ambiente, capaz de gerar dispositivos cognitivos que minimizem as ações do indivíduo sobre o meio, inclusive em seu ambiente de trabalho, pois instrumento apto a alcançar toda a esfera social. Com efeito, a educação, seja formal ou informal, é recurso que transforma, vinculando diferentes setores grupais, favorecendo a estruturação de preceitos mediadores para a execução de práticas satisfatórias que contribuam para a qualidade do ambiente de trabalho, uma vez que o ensino possibilita transcender bloqueios substanciais e culturais (BRANDÃO, 2007, p. 73). O conhecimento integra ao favorecer a interação entre os sujeitos, permitindo comutar os saberes, sendo assim, uma das principais ferramentas de modificação quanto às transfigurações aspiradas. Para Jacobi:

A realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes (JACOBI, 2003, p. 191).

Desta forma, como vetor de mudanças, a educação ambiental é uma ferramenta que possibilita a formação de novos conceitos, princípios e atitudes de cada sujeito. Contudo, se o ensino ambiental é capaz de proporcionar ações e condutas sustentáveis no cotidiano, o grande desafio é fazer do ambiente de trabalho, um espaço que se pratique ações que impulsionem a edificação do respeito, ética e preocupação com a realidade social e ambiental.

Neste contexto de tantas concepções, diferenças de interesses, a educação ambiental não é a ponte de todas as intenções desse desenvolvimento sustentável, porém, certamente é imperioso o seu préstimo, em razão de oportunizar a aproximação, a troca e construção de conhecimento, a formação de indivíduos conscientes e críticos, verdadeiros cidadãos capazes de utilizar os preceitos legais para sua melhoria de vida, de maneira que a responsabilidade socioambiental seja intrínseca aos seus fundamentos.

3 BREVE HISTÓRICO DO IECG E FCG

O Instituto Estadual Carlos Gomes (IECG) é um estabelecimento de ensino musical criado em 24/02/1895, denominado inicialmente “Conservatório de Música”. Foi convertido em estabelecimento público pelo governador Paes de Carvalho, mediante a Lei nº 525, de 1º de junho de 1897 (BARROS; ADADE, 2012). Atualmente, o instituto desenvolve atividades na área do ensino, pesquisa e extensão através de educação musical para pessoas de todas as idades, formando músicos com excelência acadêmica.

Em 1986 surge a Fundação Carlos Gomes (FCG) como entidade mantenedora responsável pela gestão administrativa, financeira e patrimonial do Instituto. Além disso, tem como objetivo

favorecer a inclusão social ao promover projetos e atividades específicas no âmbito educacional, cultural e assistencial. Por meio de trabalho conjunto com o IECG, busca contribuir para a valorização e transformação social através da formação musical.

Antes de expor as ações sustentáveis desenvolvidas no âmbito da FCG e do IECG, buscaremos apresentar o problema de acordo com avaliação interna realizada nos anos 2013 e 2014.

4 ESTUDO DA PROBLEMÁTICA NA FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Por exercer a função de assistente administrativa com responsabilidade de controle do Almoxarifado e Patrimônio da FCG, observou-se a existência de falha no processo de liberação de materiais de expediente, limpeza e demais itens de uso coletivo necessários ao bom funcionamento da Fundação. Inicialmente, o processo se dava de acordo com as demandas dos setores da FCG e do IECG realizadas através do SIMAS (Sistema Integrado de Materiais e Serviços), a partir do qual o Almoxarifado controla toda a movimentação de materiais. Como não havia limites de fornecimento para as solicitações, o funcionamento deste processo de atendimento favorecia a displicência dos servidores para com o elevado consumo de materiais, ocasionando assim, um alto valor de despesa e grande geração de resíduos.

Além disso, no ano de 2014 o IECG passou por obras de reforma e restauro, e as atividades de sua competência ficaram suspensas por longos períodos. Nessa conjuntura, o setor administrativo do órgão esperava que o consumo de materiais diminuísse. Contudo, verificou-se por meio do SIMAS, que permite emitir relatório de saída de materiais, que todos os setores da Fundação e do Instituto requisitavam de modo crescente os utilitários das atividades de trabalho. Para esta observância, selecionou-se o demonstrativo de quatro materiais: copo descartável para água, saco de lixo, papel toalha e papel A4. Destaca-se ainda, que a escolha destes levou em consideração o propósito de explicitar a relação dos hábitos dos funcionários com os gastos acentuados, pois identificou-se vários fatores que contribuíram para elevar as despesas:

- Falta de zelo com materiais de expediente;
- Inconsistência de programação para realizar requisições;
- Desperdício de papel toalha;
- Copos descartados ainda com grande quantidade de café, restos de alimentos, obrigando a troca constante de sacos de lixo nas lixeiras dos setores administrativos, além de ser local inapropriado para refeições, uma vez que as refeições devem ser realizadas na copa da instituição e não nas salas de trabalho.

A escolha do papel A4 não se deu por aumento de consumo, mas por ter sido constatado o uso indevido deste material para fins particulares e falhas do operador no ato da impressão, o que gerava desperdício do material. Com isso, denota-se a importância de trabalhar a educação ambiental articulada ao desenvolvimento de atitudes éticas no espaço das atividades de serviço e, desta forma, instigar o uso correto e responsável dos materiais de consumo em geral. Os gráficos 1, 2, 3 e 4 demonstram o comparativo da despesa com materiais entre os anos 2013 e 2014, o que motivou as ações na FCG em 2015. Os dados foram obtidos através do SIMAS, que permite a emissão de relatórios de saída dos materiais de como.

Gráfico 1- Comparativo da despesa com copo descartável nos anos de 2013 e 2014



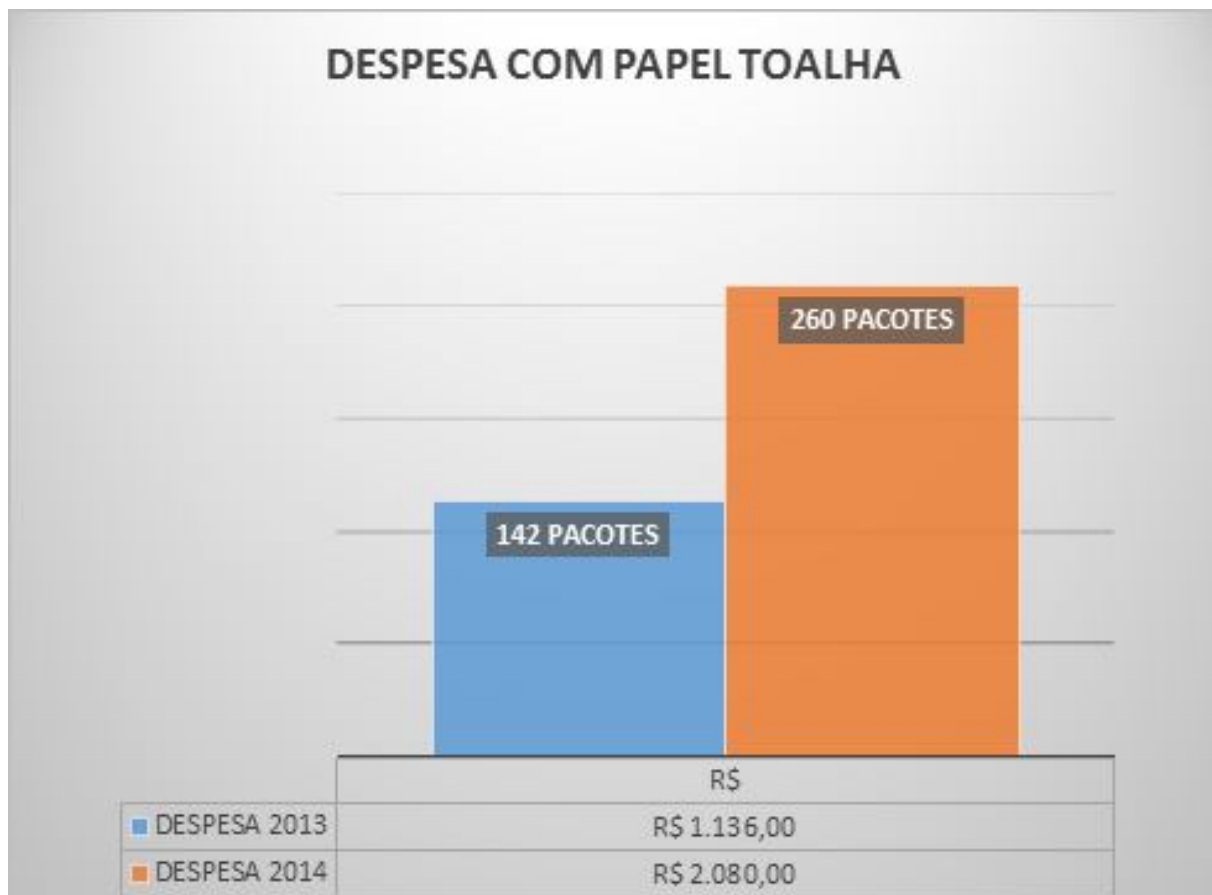
Fonte: SIMAS, 2015

Gráfico 2 - Comparativo da despesa com saco de lixo nos anos de 2013 e 2014



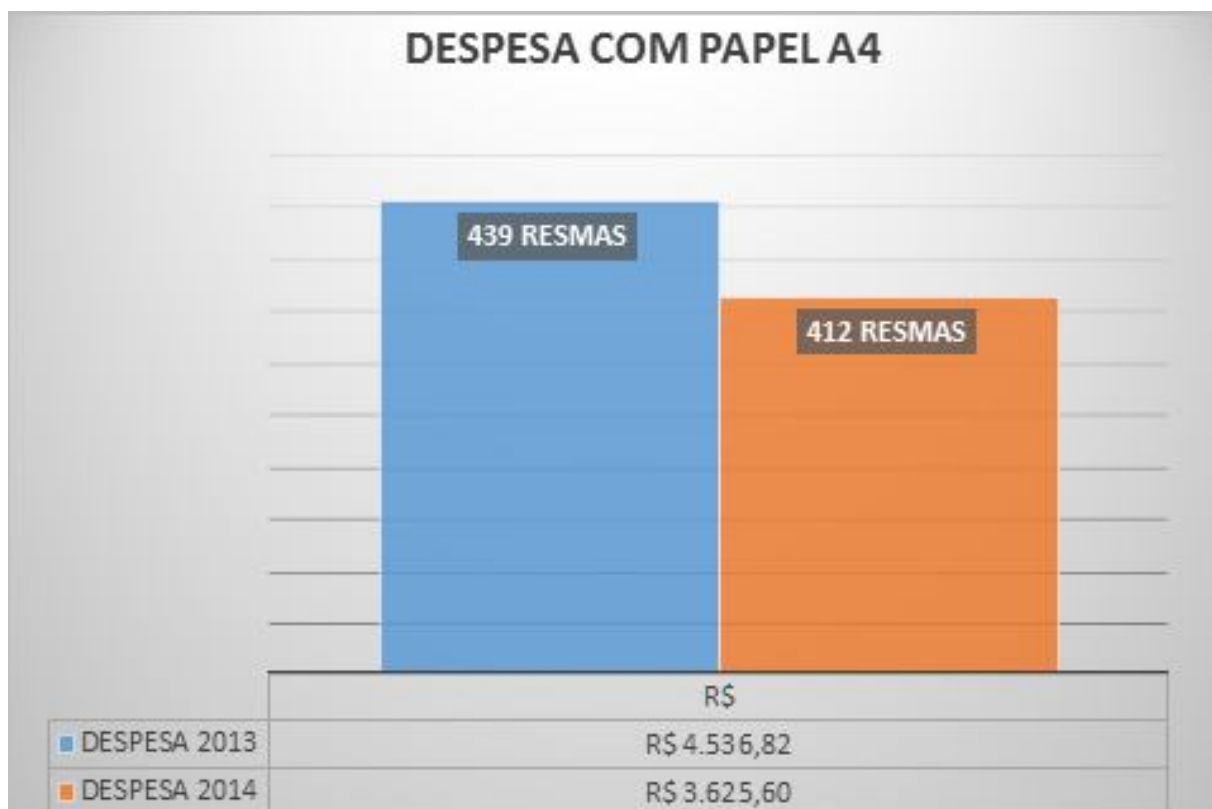
Fonte: SIMAS, 2015

Gráfico 3 - Comparativo da despesa com papel toalha nos anos de 2013 e 2014.



Fonte: SIMAS, 2015.

Gráfico 4- Comparativo da despesa com papel A4 nos anos de 2013 e 2014



Fonte: SIMAS, 2015.

A partir dos dados levantados, tornou-se imprescindível desenvolver um trabalho voltado para a sustentabilidade na gestão pública, conforme a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), pois de acordo com o art. 30, parágrafo único, incisos I, III, VI e VII da Lei 12.305/10 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e faz referência à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, ressalta-se a importância de:

- I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;
- III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;
- VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;
- VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Ao se observar que a falta de conscientização era uma das principais causas do dispêndio de materiais, empreendeu-se ações e iniciativas em prol da gestão sustentável a partir da educação ambiental, a fim de estimular a mudança de hábitos dos funcionários. Não por acaso, a Lei 12.305/10, em seu art. 25, estabelece que o poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos, sendo que a mesma Lei estabelece, em seu art.8, inciso VIII, que a educação ambiental é um dos instrumentos fundamentais para a efetivação dessas ações.

A partir do levantamento e comparativo de dados referentes aos anos de 2013 e 2014, planejou-se a realização de ações que foram executadas no decorrer dos meses iniciais de 2015. Em seguida, ao final do 1º semestre de 2015, foi realizada uma avaliação qualitativa e quantitativa dos resultados, a fim de verificar a eficácia da implementação das atividades. Desta maneira, o objetivo foi corroborar para práticas sustentáveis na organização e melhor gestão do consumo de materiais utilizados nos serviços rotineiros do órgão. Como veremos a seguir, isso favoreceu a diminuição das requisições dos materiais de consumo, ocasionando menor volume de geração de resíduos, redução dos gastos e, conseqüentemente, um ambiente de trabalho mais sustentável.

5 ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO SUSTENTÁVEL

Primeiramente, uma reunião foi realizada com os diretores e coordenadores da FCG e IECG para explanação do projeto e medidas de aplicação. A partir desta reunião foi autorizada a promoção do trabalho que se deu por meio da programação de palestras, as quais ocorreram no 1º semestre de 2015, direcionadas aos servidores. Participaram das palestras 46 funcionários dos setores administrativos da FCG e do IECG, sendo 40 da FCG e seis do IECG, o que corresponde a 85% do total de servidores da FCG e 13% do IECG¹.

Para lançamento da campanha, uma logomarca foi criada de forma a incentivar a mobilização interna (Figura I), sendo utilizada nas placas informativas de uso consciente de copo descartável e papel toalha, que foram alocadas em corredores e banheiros da FCG e do IECG.

¹ O corpo técnico-administrativo da FCG e do IECG é composto por 93 servidores, sendo 47 da FCG e 46 do IECG. Esse dado não inclui os professores nem os funcionários de serviços de limpeza.

Figura 1- Logomarca da campanha



Fonte: Coordenadoria de Apoio Administrativo (FCG), 2015.

Concomitantemente, foram realizadas palestras com abordagem sobre os problemas identificados e explanação da A3P, aliada à educação ambiental, como eixo de orientação para modificações da cultura organizacional (Quadro I – Eventos realizados). Discutiu-se a resultante de comportamentos caracterizados por maus hábitos no ambiente de trabalho, ressaltando a geração demasiada de resíduos e suas consequências para o meio ambiente. Durante as palestras, fez-se uso de registros de imagens da displicência dos servidores com o descarte de materiais.

Quadro 1 - Eventos realizados

PROGRAMAÇÃO	
Mesa redonda com as chefias	Lançamento da campanha “Sustentabilidade na Administração pública – FCG/IECG”
Palestra para os servidores	Exposição das problemáticas e apresentação da A3P como base para mudanças nas instituições públicas
“Debate Legal”	Explanação das legislações
Encontro com servidores	Orientações administrativas – a busca da sustentabilidade nas rotinas de trabalho
Acompanhamento de resultados	Reunião para divulgação dos resultados obtidos ao final do 1º semestre de 2015

Fonte: Elaboração Própria, 2015.

Em subsequente reunião, trabalhou-se o arcabouço jurídico que articula desenvolvimento sustentável, ética no ambiente de trabalho e responsabilidade socioambiental. Ressaltando principalmente o Código de Ética do Servidor Público, a fim de estimular boa conduta dos funcionários, coibir práticas desrespeitosas, as quais são abordadas nesta norma. Articulou-se também, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que tange a responsabilidade pela geração de resíduos e impactos ao meio ambiente.

No “Encontro com os servidores”, foram apresentadas algumas medidas a serem adotadas pelos servidores, como nova formatação para documentos internos e impressão frente e verso, com intuito de propiciar a sustentabilidade nos processos administrativos. Além disso, esta reunião teve objetivo de atentar para a opinião dos funcionários em relação às modificações implementadas, com a

finalidade de verificar a satisfação e acolher sugestões para melhorar as práticas de rotina no serviço, com isso, fomentar uma logística participativa.

No último encontro do 1º semestre, com o intuito de incentivar o processo de mudanças, foi realizada uma reunião para exposição de resultados, apresentando os impactos no consumo dos materiais selecionados para comparações, evidenciando a correspondência entre mudança de comportamento, hábitos, com diminuição do consumo e despesa, além de destacar as melhorias no local de trabalho, pois os servidores, deste modo, passaram a contribuir para a manutenção do ambiente limpo e agradável.

5.1 Instrumentos das ações

Para favorecer as modificações foi necessária a formulação de mecanismos, sendo estes, incorporados a partir do lançamento da campanha “Sustentabilidade na Administração Pública”, destacando-se as seguintes medidas:

- Norma estipulando limites quantitativos para requisições de materiais de expediente;
- Relatórios mensais de acompanhamento do consumo regular de cada setor. Deste modo, buscou-se incentivar o planejamento para demandas e ter ciência das despesas, de forma a revelar os desperdícios e identificar o setor responsável por estes;
- Mudança na estrutura gráfica de documentos internos, visando o uso de layout mais adequado e econômico para impressão do papel A4, como a impressão frente e verso;
- Implementação do Projeto “Caneca do Servidor”, com intuito de diminuir o consumo de copo descartável.

Estas medidas objetivaram promover a responsabilidade socioambiental mediante novas práticas da Administração Pública fundamentadas no desenvolvimento de uma gestão sustentável e de alto desempenho. Buscou-se também demonstrar a importância do aprimoramento da responsabilidade social no ambiente de trabalho, do zelo com os materiais por parte dos servidores e da responsabilidade com os gastos públicos.

5.2 Acompanhamento e análise de resultados

Como forma de monitorar e avaliar a efetividade do trabalho proposto e os resultados das ações implementadas, efetuou-se um comparativo de consumo entre o 1º semestre de 2014 e 2015 referente aos materiais selecionados. De acordo com as requisições via sistema, pôde-se verificar que houve decréscimo na utilização de copo descartável para água, papel A4 e saco de lixo. No entanto, é crescente o consumo de papel toalha, como se pode observar no quadro II.

Quadro 2- Comparativo geral de consumo dos materiais

1º semestre 2014		1º semestre 2015	
Copo plástico descartável			
Quant.Pacotes	R\$	Quant.Pacotes	R\$
522	R\$ 1.085,76	220	R\$ 523,60
Papel Toalha			
Quant.Pacotes	R\$	Quant.Pacotes	R\$
95	R\$ 760,00	98	R\$ 784,00

continua....

continuação Quadro 2

Papel A4			
Quant.Resmas	R\$	Quant.Resmas	R\$
252	R\$ 2.217,60	131	R\$ 1.152,80
Saco de Lixo			
Quant.Pacotes	R\$	Quant.Pacotes	R\$
434	R\$ 566,03	409	R\$ 542,13

Fonte: SIMAS, 2015.

Com a redução do consumo de papel A4 em 48%, pode-se inferir que houve eficácia na adoção de layout com maior aproveitamento do papel A4 e impressão frente e verso, e também menor número de impressões de interesse pessoal, fato que pode ter sido ocasionado pela abordagem da ética no trabalho, além da imposição dos relatórios mensais de consumo que possibilitam a cobrança de justificativa por alto consumo de algum material. Atualmente, as requisições efetuadas por meio do sistema são organizadas: o SIMAS registra que cada setor realiza em média duas solicitações por mês. O quantitativo demandado é analisado pelo almoxarife, podendo ou não ser atendido. Estas medidas denotam planejamento que antes não era feito pelos setores da FCG e IECG, o que acarretava níveis elevados de desperdício de materiais.

O significado maior do projeto talvez não esteja atrelado ao que estes números representaram em termos de economia de recursos entre 2014 e 2015, mas aos resultados observados quanto às mudanças comportamentais dos servidores e adoção de novos hábitos. Nesse sentido, evidenciou-se por meio do método de observação direta que 42 funcionários passaram a utilizar canecas no ambiente de trabalho ao invés de copos descartáveis, atitude que simboliza maior responsabilidade socioambiental por parte do servidor.

Segundo análise estatística dos dados do SIMAS relativos ao consumo de copo descartável, cada um dos 42 servidores descartava em média três copos descartáveis por dia e a partir da adoção de canecas, aproximadamente 3.780 copos plástico por mês deixaram de ser descartados nas lixeiras. Em termos de meio ambiente, este ganho envolve a cadeia produtiva do material tendo em vista que o processo de produção de copos descartáveis envolve emissões de dióxido de carbono e consumo de volume considerável de recursos hídricos², mas também o ciclo de vida do produto, já que o tempo de decomposição de um copo plástico na natureza é de aproximadamente 50 anos.

Com efeito, a diminuição do consumo de materiais como copo descartável e papel A4 apresenta resultados de grande relevância ambiental. Se, por exemplo, projetarmos os resultados do programa realizado na FCG para uma instituição como o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) que, de acordo com o Portal da Transparência, possui 4.182 servidores efetivos ativos em abril de 2016, se todos também fizessem uso diário de três copos descartáveis, isso significaria um consumo de, aproximadamente, 12.546 copos descartáveis por dia. Considerando a mesma redução de consumo verificada na FCG, onde 45% dos servidores deixaram de usar copos descartáveis, no caso do TJPA isso representaria 1.882 servidores que deixariam de consumir três copos por dia, totalizando 169.380 copos descartáveis por mês que deixariam de virar resíduo³.

Contudo, a magnitude dos benefícios não está apenas nos valores numéricos que se alcançariam com redução na geração de resíduos ou economicidade dos gastos públicos, mas também na mudança sobre a forma de pensar e se comportar de cada indivíduo, considerando que tal mudança permitiria ganhos que vão além do ambiente de trabalho, com possíveis desdobramentos no ambiente familiar, nas relações sociais, estabelecendo conexões e multiplicando as ações sustentáveis.

² Calcula-se que a fabricação de apenas um copo descartável chegue a consumir 500 ml de água. Cf. Especial Crise da Água, G1, Globo, em 01 abr.2001. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/crise-da-agua/noticia/2015/04/lavar-lixo-reciclar-e-usar-copo-plastico-gastam-mais-agua-entenda.html>. Acesso em: 10 ago.2015.

³ Toma-se por base mês de 30 dias.

5.3 Obstáculos na execução do trabalho

O maior desafio foi realizar o primeiro evento. Para uma assistente administrativa, pareceu inicialmente pretensioso reunir funcionários de cada setor, hierarquicamente superiores, para abordar a sustentabilidade de práticas administrativas e, com isso, propor a execução de um projeto. No entanto, pode-se afirmar que este foi um dos maiores êxitos, pois o projeto conseguiu despertar atenção para a importância da implantação de um trabalho voltado para sustentabilidade na administração pública. Com efeito, a ideia gerou uma grande mobilização dos gestores, o que permitiu a realização do projeto, e isso se deve fundamentalmente pela sensibilidade e capacidade de escuta dos gestores da FCG que compreenderam de forma imediata a necessidade de se promover uma gestão sustentável.

A realização das reuniões com os servidores também foi um desafio, pois os encontros ocorriam em horário de serviço no auditório central do IECG. O tempo estipulado era de, no máximo, uma hora e trinta minutos, a fim de não acarretar prejuízos ao andamento do trabalho no órgão.

Podemos ainda destacar dificuldades relacionadas à execução de tarefas simples, como afixação de cartazes ou informativos, entre outras mais laboriosas, relacionadas à necessidade de autorização para estes procedimentos, o que gerou uma vez ou outra procrastinação para realização dos trabalhos. De fato, constatou-se que uma das maiores barreiras é desenvolver o significado destas ações no sentido de convencer o gestor a colaborar com a implementação de projetos que visem sustentabilidade nas práticas administrativas, visto que, sem este verdadeiro apoio, as protelações são maiores e o trabalho fica sujeito à não efetividade. Além disso, a versatilidade das atividades é essencial para que haja envolvimento, conscientização do maior número possível de servidores, pois o mais importante é fazer com que a responsabilidade socioambiental seja o ponto comum em meio à diversidade, diferentes formas de pensar e consumir o conhecimento desenvolvido.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que as instituições públicas são grandes consumidoras de materiais oriundos de recursos naturais e, ao mesmo tempo, geradoras de resíduos, primar pelo desenvolvimento de práticas que edifiquem a responsabilidade socioambiental a partir de ações sustentáveis na gestão pública torna-se uma das principais metas na atualidade. Nesse sentido, a implementação do projeto “sustentabilidade na Administração Pública” da FCG possibilitou qualificar ambientalmente a gestão administrativa do órgão, como também proporcionou eficiência econômica gerada pelos resultados obtidos após a implementação do projeto. Com efeito, observa-se que vários objetivos que regem a A3P foram atendidos, quais sejam: orientar os gestores públicos para a adoção de princípios e critérios de sustentabilidade em suas atividades; apoiar a incorporação de critérios de gestão socioambiental nas atividades públicas; promover a economia de recursos naturais e eficiência de gastos institucionais; contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública.

Com base na interpretação dos resultados obtidos, observou-se que as iniciativas podem se tornar referenciais para a adoção de novas práticas no ambiente de trabalho, contribuindo assim para o combate ao consumo exacerbado e, conseqüentemente, ao desperdício. Deste modo, o grande desafio será fazer com que as medidas adotadas e os novos hábitos se perpetuem conforme o sujeito objeto da ação considere os conceitos de racionalização e economicidade e a importância destas ponderações para o meio ambiente.

Denotou-se que as ações foram satisfatórias de forma quantitativa ao se verificar a diminuição do consumo dos materiais selecionados para análise, assim como, qualitativamente, uma vez que contemplou mudanças comportamentais dos funcionários. Foi possível ainda observar

comprometimento dos servidores com o projeto, pois houve participação ativa por meio de sugestões para melhoramento da organização no trabalho. Apesar das mudanças terem sido constatadas a partir das medidas administrativas adotadas, conjuntamente com a elaboração das palestras, alicerçadas na educação ambiental, é evidente que a consolidação dessas mudanças só poderá ser alcançada em longo prazo. Portanto, o trabalho de conscientização dos servidores e a busca de melhores hábitos devem ser constantes, sendo fundamental laborar a ideia de que cuidar do espaço onde desempenhamos nossas atividades laborais significa, antes de tudo, primar pela sustentabilidade do meio ambiente.

A região amazônica como epicentro das discussões de desenvolvimento sustentável prescinde do fomento de novas formas de gestão. Com isso, a fim de incentivar que outras instituições assumam o compromisso com a mitigação de danos ao meio ambiente, a pretensão é inscrever em 2016 a FCG como órgão participante do programa A3P, desta forma, tornar-se um exemplo de sustentabilidade na administração pública na Amazônia.

REFERÊNCIAS

BARROS, Líliam Cristina da Silva; ADADE, Ana Maria. (Orgs.) **Memórias do Instituto Estadual Carlos Gomes: 1895-1986**. Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado, 2012. 234p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?**. 49.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. 117 p. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispões sobre educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 16 mar.2015.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 12 mai. 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

JACOBI, P.R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

_____. Educação ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/2003.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, Marcos (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.111-129.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**. Brasília-DF, 5.ed., 2009. 95 p.

SILVA, Márcia Regina da; PESSOA, Zoraide Souza. **Educação como instrumento de gestão ambiental numa perspectiva transdisciplinar**. Natal-RN: UFRN/CCHLA, 2009.